



somos
coop»

RELATÓRIO ANUAL

DO CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO

2025



15ª EDIÇÃO
5 A 8 DE MAIO DE 2026
A FEIRA MAIS CHARMOSA DE GOIÁS!

SUMÁRIO

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	4
MISSÃO, VISÃO E VALORES	5
MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	6
QUADRO DE BENEFÍCIOS	8
BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO E PASSIVO	9
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS	10
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL	11
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	12
DEMONSTRAÇÕES DAS REVERSÕES E DESTINAÇÕES DAS SOBRAS OU PERDAS	13
NOTAS EXPLICATIVAS	14
ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA	23
PARECER DO CONSELHO FISCAL	28
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	29



EXPEDIENTE

PRESIDENTE

Sérgio de Oliveira Penido

1º VICE-PRESIDENTE

Antônio José da Silva

2º VICE – PRESIDENTE

Jose Rodrigues Vargas

COORDENADOR ADMINISTRATIVO

Itamar Fernandes de Melo

CONSELHO VOGAL

- 1º Luismar Mendes da Costa
- 2º Alexandre Marques dos Reis
- 3º Renato Estevão dos Reis
- 4º Vinicius da Silva Mendonça

SUPLENTES

Alancardek Antônio de Azevedo
Thiago Nunes de Castro

CONSELHO FISCAL

Vergílio Antônio Pereira Filho
Robson Rodrigues de Oliveira
Danilo Nunes da Silva

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Patrícia Melo

MARKETING

Yohanna Ferreira
Caio Bras
Lara Silva
Otávio Laureano da Silva

DIAGRAMAÇÃO E ARTE

Guilherme Gontijo

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



PRESIDENTE
SÉRGIO
DE OLIVEIRA
PENIDO



1º VICE-PRESIDENTE
ANTÔNIO
JOSÉ DA SILVA



2º VICE-PRESIDENTE
JOSÉ RODRIGUES
VARGAS

CONSELHO VOGAL



LUISMAR
MENDES DA
COSTA



ALEXANDRE
MARQUES
DOS REIS



RENATO
ESTEVÃO DOS
REIS



VINÍCIUS
DA SILVA
MENDONÇA

SUPLENTE



ALANCARDEK
ANTÔNIO DE
AZEVEDO



THIAGO NUNES
DE CASTRO

CONSELHO FISCAL



VERGÍLIO
ANTÔNIO
PEREIRA FILHO



ROBSON
RODRIGUES
DE OLIVEIRA



DANILO
NUNES DA
SILVA

Quem somos e aonde vamos chegar

PROPÓSITO



Construir soluções que resolvam demandas coletivas, gerando valor aos negócios dos cooperados, através da prestação de serviços.

MISSÃO



Prestar serviços de forma eficiente, com a finalidade de sustentar nosso propósito.

VISÃO



Conquistar até 2026 uma rentabilidade sustentável e perene, aprimorando as sinergias entre nossos negócios, amparado por capital próprio, através da gestão de pessoas, políticas e processos eficientes.

VALORES



Cooperação
Respeito às pessoas
Integridade
Transparência
Sustentabilidade/ESG
Compromisso com resultados

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EXERCÍCIO 2025

SENHORES COOPERADOS (AS),

Atendendo as disposições legais e estatutárias, temos a grata satisfação de apresentar o Relatório do Conselho de Administração, Demonstrações Contábeis, Parecer do Conselho Fiscal e Relatório de Auditoria Independente, relativos às atividades desenvolvidas no ano de 2025.

Nesses 47 anos, a Complem se consolidou como Modelo de Gestão Cooperativista pela inovação e pela fidelidade aos princípios cooperativistas, transformando-se em referência dos negócios relacionados ao leite, grãos, carne, agricultura familiar, industrialização e comércio de insumos agropecuários na região.

BENEFÍCIOS

Complem mais Leite – Departamento de Apoio ao Cooperado

Em parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, MAPA, a Cooperativa, através do Departamento de Apoio ao Cooperado, atendeu 60 propriedades, sendo realizadas 1.381 visitas durante 2025. Foram distribuídas mais de 3.860 doses de sêmen e inseminadas 3.848 vacas e novilhas. O DAC também auxiliou o cooperado na parte nutricional dos animais, viabilizando custos e melhorando o escore das vacas e sólidos do leite.

Já em relação à venda de animais foram comercializados 162 cabeças atendendo nossos produtores e melhorando a genética do rebanho e a produção de leite.

COMPLEITE

Em 2025 foram lançadas novas embalagens e sabores da bebida láctea Fruit. Além dos tradicionais morango e coco, chegaram à família ameixa e salada de frutas.

O Fruitzinho também passou por mudança de embalagem deixando o lanche das crianças ainda mais divertido.

INVESTIMENTOS

Buscando maior agilidade e eficiência em seus processos, a Complem fez vários investimentos no Complexo Industrial, oferecendo mais prestação de serviços e produtos aos cooperados, além de melhores condições de trabalho aos colaboradores. A Complem recebeu da CODEGO a escritura de uma área de quase 22 mil metros quadrados para ampliação do Complexo.

Com o crescimento do uso de inteligência artificial nas empresas, a cooperativa passou a estruturar um projeto para evoluir o ERP, plataforma utilizada em processos financeiros e administrativos, ampliando integrações, aumentando a confiabilidade, reforçando a segurança e disponibilizando informações em tempo real. Dessa forma, colaboradores, gestores e diretoria dispõem de maior visibilidade dos resultados, podendo ajustar rotas e fortalecer as operações que geram mais valor para os cooperados.

O novo ERP já está atendendo integralmente às exigências da reforma tributária, considerando todos os pontos previstos na legislação. A modernização do ERP trará ganhos operacionais e estratégicos importantes com maior produtividade e custos menores. Com isso, a Complem passa a ter uma base tecnológica mais preparada para crescimento, inovação e adaptação a mudanças regulatórias e de mercado.

ARMAZÉM DE GRÃOS

O grande foco da gestão em 2025 foi o desenvolvimento nos procedimentos operacionais com padronização no atendimento aos cooperados, através da ampliação no horário e prazo de recebimento de grãos. Com tombador moderno, agilidade nas operações e flexibilidade no atendimento durante a safra, a Complem oferece estrutura, segurança e eficiência para quem movimenta o agronegócio.

LATICÍNIO

Na Fábrica de Laticínios houve um aumento considerável na sua capacidade produtiva. Com ampliação de estrutura física e investimentos na planta industrial. Em parceria com a empresa Tetra Pak a embalagem de leite UHT ganhou novo formato proporcionando maior praticidade aos consumidores.

FEIRA DE AGRONEGÓCIOS – AGROTECNO-LEITE COMPLEM 2025

Apesar do cenário, uma das maiores Feiras do Agronegócio do Centro-Oeste manteve sua relevância para o setor. Foram quatro dias de muitos negócios, conhecimento e troca de experiências. A movimentação econômica foi de R\$ 250 milhões, em comercialização entre a Cooperativa e os parceiros na venda de rações, insumos, suplementos e implementos agrícolas, produtos veterinários, entre outros. 30 mil pessoas visitaram a Agrotecnoleite Complem.

NOVO COMPLEXO ADMINISTRATIVO

Em agosto foi inaugurado o novo prédio na matriz Presidente Erlito Bernardes com acessibilidade e maior conforto aos cooperados disponibilizando serviços essenciais como financeiro, conta corrente ao produtor, secretaria, entre outros.

FATURAMENTO

Para fechar o ano, o Conselho de Administração distribuiu o Bônus de Compras (Natal) e voltou a faturar R\$ 1 BILHÃO, demonstrando a eficiência em sua gestão e negócios.

AÇÕES

Mas não é somente o resultado econômico tem o social. Há seis anos consecutivos a Cooperativa realiza a Campanha do Dia C, Dia de Cooperar, envolvendo cooperados e produtores de leite.

Em 2025 foram arrecadados oito mil litros de leite, frutas, verduras e legumes que foram distribuídos a instituições filantrópicas de Morrinhos, Edeia, Edealina, Pontalina e Buriti Alegre.

Ao capital integralizado foram agregados 6% ao ano para aumento de capital do cooperado, conforme Artigo 23, Parágrafo Primeiro do Estatuto Social.

Em 2025, o Quadro Social da Cooperativa apresentou a seguinte movimentação: 747 admissões, sendo 100 com capital e 647 sem capital. Houve 46 pedidos de demissão, 34 exclusões por falecimento e 06 transferências, sendo 03 total e 03 parciais de capital, além de 03 transferências de capital a restituir para Capital Integralizado (readmissão), somando um total de 4.488 cooperados com capital e 3.869 sem capital no final deste exercício.

Para finalizar, passamos a proposta do Conselho de Administração em relação as sobras e pagamentos do capital dos demissionários:

1- Aos pedidos de demissão correspondentes ao valor de R\$ 657.138,36 (Seiscentos e Cinquenta e sete Mil, Cento e Trinta e Oito Reais e Trinta e Seis Centavos), propomos a manutenção do que vem sendo feito como nos anos anteriores: o pagamento em 10 anos com prazo de carência de 03 anos para o início do pagamento e 07 anos para o pagamento em parcelas mensais sempre dentro dos limites da lei. Esse prazo poderá ser menor, caso o associado tenha integralizado seu capital num prazo menor que o aprovado para a devolução pela AGO com remuneração de juros de 6% ao ano;

2 - Para as sobras apresentadas no balanço no valor de R\$ 468.732,16

à disposição da AGO, sejam distribuídas para cada cooperado de acordo com sua movimentação econômica e o valor utilizado para compras e/ou serviços em nossas unidades de comercialização.

Conselho de Administração

BENEFÍCIOS DISTRIBUÍDOS PARA OS COOPERADOS

2025 / 2024 / 2023 / 2022 / 2021 / 2020 / 2019

VALORES EXPRESSOS EM REAIS

BENEFÍCIOS DIRETOS	2025	2024	2023	2022	2021	2020	2019
Juros 6% ao ano agregado no capital social	2.940.317,13	2.844.513,43	2.321.677,81	2.119.613,05	1.588.144,95	1.090.183,44	1.356.385,85
Aumento de capital integralização 30% Estatuto Social	562.478,59	712.461,08	-	1.539.433,86	1.490.684,37	1.452.876,07	802.881,61
Sobras a integralizar compensação PIS E COFINS exercício de 2017	-	-	-	-	-	234.319,77	288.596,07
50% Sobras a pagar compensação PIS E COFINS exercício de 2018	-	-	-	-	-	110.352,00	810.129,04
84% Sobras integralizadas compensação PIS E COFINS exercício de 2018/2020/2021	-	-	-	-	747.788,38	110.352,00	810.129,04
16% Sobras a pagar em bônus compensação PIS E COFINS exercício de 2019/2020/2022	-	-	-	-	140.133,93	307.164,44	-
Sobras a pagar como bônus compensação PIS E COFINS exercício de 2019	-	-	-	-	-	307.164,44	-
Sobras a pagar compensação PIS E COFINS exercício de 2022/2021	-	-	-	-	-	-	-
Sobras para aumento capital compensação PIS E COFINS exercício de 2022	-	-	2.742.292,50	848.069,70	-	-	-
Bonificação sobre compras cooperados com capital	600.000,00	400.000,00	500.000,00	2.500.000,00	2.000.000,00	1.000.000,00	500.000,00
Sobras Líquidas a disposição da AGO	468.732,16	593.717,56	-	3.952.008,69	3.659.452,03	3.562.193,54	632.612,47
Subsídio Assistência Técnica	-	794.022,99	128.068,00	59.000,00	492.530,21	207.400,00	178.928,00
FUNDO para devolução de capital 10%	187.492,86	237.487,03	-	-	-	-	-
Bônus (soja)	-	-	-	-	-	-	70.222,90
Bonificação sobre compras cooperados sem capital	400.000,00	400.000,00	500.000,00	-	-	-	-
TOTAL	5.159.020,75	5.982.202,09	6.192.038,31	11.018.125,30	10.118.733,87	8.382.005,70	5.449.884,98
52.302.011,00 7 Anos							

BALANÇOS PATRIMONIAIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

VALORES EXPRESSOS EM REAIS

ATIVO	2025	2024
CIRCULANTE		
Disponibilidades	24.097.493,88	5.864.698,82
Aplicações financeiras (nota 4)	52.291.815,57	33.728.204,79
Cooperados/ Clientes (nota 5)	253.180.649,36	233.857.544,71
Estoques (nota 6)	130.581.786,51	137.630.521,19
Despesas do exercício seguinte (nota 7)	1.573.837,44	995.550,85
Impostos a recuperar (nota 8)	16.530.308,07	15.865.877,37
Total do ativo circulante	478.255.890,83	427.942.397,73
NÃO CIRCULANTE		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Créditos diversos (nota 09)	85.847.001,68	85.322.218,85
Sub total ativo não circulante	85.847.001,68	85.322.218,85
PERMANENTE		
Investimentos (nota 10)	6.924.469,90	5.395.548,42
Imobilizado - (nota 11)	74.880.413,47	66.727.519,57
Sub total ativo não circulante	81.804.883,37	72.123.067,99
Total do ativo não circulante	167.651.885,05	157.445.286,84
TOTAL DO ATIVO	645.907.775,88	585.387.684,57

PASSIVO	2025	2024
CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos (nota 12 a)	187.072.157,10	139.773.592,15
Fornecedores e empreiteiros (nota 13)	113.525.689,19	90.186.811,43
Salários / Honorários / Encargos Sociais	10.003.384,26	9.477.586,19
Cooperado movimento (nota 14 a)	9.296.047,52	15.985.340,27
Obrigações tributárias	2.234.475,58	2.271.434,93
Total do passivo circulante	322.131.753,65	257.694.764,97
NÃO CIRCULANTE		
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Cooperado capital a restituir (nota 14 b)	3.322.438,13	3.718.641,19
Contingências (nota 15)	22.207.608,88	23.052.301,65
Financiamento/leasing (nota 12b)	103.132.377,86	109.208.458,66
Total do passivo não circulante	128.662.424,87	135.979.401,50
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 16)		
Capital social		
Subscrito	84.947.833,48	85.604.584,89
(-) Capital a Integralizar	(32.546.757,24)	(34.308.223,33)
Capital realizado	52.401.076,24	51.296.361,56
Reserva de capital CM	873.232,36	725.305,08
Correção monetária anterior a 1988	1.786.715,78	1.983.955,79
Reserva para investimentos 35%	14.354.565,63	14.354.565,63
Reserva de Subvenção investimentos	35.966.579,59	29.844.913,35
Fundo para devolução de capital	13.319.811,01	13.132.318,15
Fundo de Reserva Legal	11.587.682,28	13.511.717,59
FATES Estatutário	212.489,94	118.743,51
Sobras à realizar PIS/ COFINS	64.142.712,37	66.151.919,88
Sobras à disposição da AGO	468.732,16	593.717,56
Total do Patrimônio Líquido	195.113.597,36	191.713.518,10
TOTAL DO PASSIVO	645.907.775,88	585.387.684,57

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

VALORES EXPRESSOS EM REAIS

	2025 ASSOCIADO	2025 TERCEIRO	2025 TOTAL	2024 TOTAL
INGRESSOS RECEITA OPERACIONAL BRUTA	774.644.632,69	232.748.967,53	1.007.393.600,22	841.461.730,99
Produtos Fabricação Própria\ Leite resfriado	336.881.671,41	27.494.939,05	364.376.610,46	327.891.736,52
Insumos consumo Reprodutores	432.780.503,79	202.571.397,34	635.351.901,13	504.596.887,83
Serviços	4.982.457,49	2.682.631,14	7.665.088,63	8.973.106,64
Impostos sobre as vendas	(24.459.921,05)	(16.790.156,67)	(41.250.077,72)	(34.571.263,29)
Produtos Fabricação Própria\ Leite resfriado	(15.924.797,34)	(2.716.053,51)	(18.640.850,85)	(19.945.991,61)
Insumos consumo Reprodutores	(8.286.000,68)	(13.669.601,85)	(21.955.602,53)	(13.919.620,21)
Serviços	(249.123,03)	(404.501,31)	(653.624,34)	(705.651,47)
Devoluções	(12.122.599,28)	(4.518.791,15)	(16.641.390,43)	(9.045.354,45)
Produtos Fabricação Própria\ Leite resfriado	(2.914.304,53)	(156.378,67)	(3.070.683,20)	(3.168.574,06)
Insumos consumo Reprodutores	(9.208.294,75)	(4.362.412,48)	(13.570.707,23)	(5.876.780,39)
INGRESSOS RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	738.062.112,36	211.440.019,71	949.502.132,07	798.845.113,25
Produtos Fabricação Própria\ Leite resfriado	318.042.569,54	24.622.506,87	342.665.076,41	305.777.170,85
Insumos consumo Reprodutores	415.286.208,36	184.539.383,01	599.825.591,37	484.800.487,23
Serviços	4.733.334,46	2.278.129,83	7.011.464,29	8.267.455,17
DISPÊNDIOS CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	(667.415.238,45)	(197.889.167,93)	(865.304.406,38)	(722.744.133,59)
Produtos Fabricação Própria\ Leite resfriado	(289.600.221,31)	(20.802.168,29)	(310.402.389,60)	(274.797.216,84)
Insumos consumo Reprodutores	(373.889.765,42)	(174.043.711,07)	(547.933.476,49)	(440.717.629,68)
Serviços	(3.925.251,72)	(3.043.288,57)	(6.968.540,29)	(7.229.287,07)
SOBRAS BRUTAS	70.646.873,91	13.550.851,78	84.197.725,69	76.100.979,66
INGRESSOS/RECEITAS/DISPÊNDIOS/DESPESAS OPERACIONAIS/NÃO OPERACIONAIS				
Dispêndios/despesas c/ vendas e comerciais	(69.216.234,62)	(20.403.527,41)	(89.619.762,03)	(83.045.619,83)
Dispêndios/despesas administrativas	(21.101.982,84)	(6.340.281,10)	(27.442.263,94)	(23.398.824,87)
Dispêndios/despesas Financeiras/Outras (nota 18)	(34.551.807,33)	(10.381.402,19)	(44.933.209,52)	(48.443.607,80)
Ingressos/receitas Financeiras/ Outras (nota19)	67.896.063,51	20.034.564,53	87.930.628,04	89.356.029,75
Ingressos Participação Societária/Vendas Imobilizado	674.400,64	1.486.599,06	2.160.999,70	1.056.965,93
RESULTADO OPERACIONAL/NÃO OPERACIONAL	14.347.313,26	(2.053.195,32)	12.294.117,94	11.625.922,84
SOBRAS ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	14.347.313,26	(2.053.195,32)	12.294.117,94	11.625.922,84
Imposto de Renda e Contribuição Social				
Imposto de renda	-	(55.902,99)	(55.902,99)	(511.956,25)
Contribuição social	-	(33.541,79)	(33.541,79)	(307.173,75)
AIR	-	(13.268,66)	(13.268,66)	(317.304,17)
		(102.713,44)	(102.713,44)	(1.136.434,17)
SOBRAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO ANTES DAS REVERSÕES E DESTINAÇÕES	14.347.313,26	(2.155.908,76)	12.191.404,50	10.489.488,67

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
VALORES EXPRESSOS EM REAIS

	RESERVA DE SOBRAS						SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA AGO	TOTAL
	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL	LEGAL	ESTATUTÁRIAS	RESERVA DE SOBRAS E PERDAS			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	50.292.876,44	2.729.397,32	24.721.374,62	39.386.640,91	70.558.083,91	0,00	187.689.273,20	
Resultado do Exercício 2024	-	-	-	-	-	10.489.488,67	10.489.488,67	
Aumento de capital /juros agregados 6% aa	2.844.513,43	-	-	-	-	(2.844.513,43)	(2.844.513,43)	
Retenção aumento capital 30% / integralização	912.461,01	-	-	-	-	-	(912.461,01)	
Baixa de capital/CM	(2.753.489,32)	(20.236,45)	-	-	-	-	(1.791.057,38)	
Reversão FATES reversão/reserva legal/fundo de devolução de capital	-	-	1.922.661,12	(338.423,20)	-	(1.781.152,70)	(1.781.152,70)	
Destinação de reservas/reserva legal/ Fates terceiros	-	-	-	(743.993,34)	-	743.993,34	(743.993,34)	
Reserva de investimento/subvenções fiscais	-	-	-	6.014.098,32	-	(6.014.098,32)	6.014.098,32	
Sobras a realizar PIS COFINS					(4.406.164,23)		(4.406.164,23)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	51.296.361,56	2.709.260,87	26.643.935,55	44.318.322,69	66.151.919,88	593.717,56	191.713.518,10	
Resultado do Exercício 2025	-	-	-	-	-	12.191.404,50	12.191.404,50	
Aumento de capital /juros agregados 6% aa	2.940.317,13	-	-	-	-	(2.940.317,13)	-	
Retenção aumento capital 30% / integralização	562.478,59	-	-	-	-	(562.478,59)	-	
Baixa de capital/CM	(2.398.081,04)	(49.312,73)	-	-	-	-	(2.447.393,77)	
Reversão FATES reversão/reserva legal/fundo de devolução de capital	-	-	-	(3.737.000,00)	-	-	(3.737.000,00)	
Destinação de reservas/reserva legal/Fates terceiros	-	-	2.094.203,97	-	-	(2.691.927,94)	(597.723,96)	
Reserva de investimento/subvenções fiscais	-	-	-	6.121.666,24	-	(6.121.666,24)	-	
Sobras a realizar PIS COFINS	-	-	-	-	(2.009.207,51)	-	(2.009.207,51)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	52.401.076,24	2.659.948,14	28.738.139,52	46.702.988,93	64.142.712,37	468.732,16	195.113.597,36	

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

VALORES EXPRESSOS EM REAIS

	2025	2024
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES		
Sobras líquidas do exercício	12.191.404,50	10.489.488,67
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Depreciação e amortização	5.216.534,94	4.337.764,23
Provisões constituídas	(4.416.267,46)	-
Baixa de ativos imobilizado	214.334,66	286.819,87
Aumentos (reduções) nos ativos	13.206.006,64	15.114.072,77
Contas a receber de clientes	(19.323.104,65)	(15.864.853,12)
Estoques	7.048.734,68	(684.767,90)
Outros	(1.277.855,18)	2.654.337,41
Aumentos (redução) nos passivos	(14.041.870,09)	(24.013.414,47)
Contas a pagar a fornecedores/empréstimos e empreiteiros	16.649.585,01	11.421.226,79
Salários e encargos sociais	525.798,07	(606.067,02)
Outros	(1.277.855,18)	2.654.337,41
	15.897.527,90	13.469.497,18
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	15.061.664,45	4.570.155,48
FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições ao ativo permanente	(15.112.684,98)	(19.917.708,85)
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(15.112.684,98)	(19.917.708,85)
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Empréstimos captados a longo prazo/leasing	41.705.365,89	16.924.470,75
Pagamentos de capital/juros/sobras	(8.360.735,24)	(7.176.270,19)
Ingressos de capital	3.502.795,72	3.756.974,44
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	36.847.426,37	13.505.175,00
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	36.796.405,84	(1.842.378,37)
Disponibilidades no início do exercício	39.592.903,61	41.435.281,98
DISPONIBILIDADES NO FINAL DO EXERCÍCIO	76.389.309,45	39.592.903,61

DEMONSTRAÇÃO DAS REVERSÕES E DESTINAÇÕES DAS SOBRAS OU PERDAS

APURADAS NO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

VALORES EXPRESSOS EM REAIS

DISCRIMINAÇÃO	VALORES EM REAIS
SOBRAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO ANTES DAS REVERSÕES E DESTINAÇÕES	12.191.404,50
(-) SUBVENÇÕES FISCAIS ORIUNDAS DA LEI 20.787/2020 ProGoiás	6.121.666,24
(-) SOBRAS, JUROS E SALDOS NÃO RECLAMADOS FUNDO DE RESERVA Art. 72 do Est. Social	1.254.492,48
(-) JUROS INCIDENTES DE 6% AO ANO PARA O AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL Art. 70 item III Est. Social	2.940.317,13
SOBRAS LÍQUIDAS APURADAS APÓS AS REVERSÕES- BASE DE CÁLCULO PARA AS DESTINAÇÕES - ART. 71 EST.SOCIAL	1.874.928,65
(-) FUNDO DE RESERVA LEGAL 30%	562.478,59
(-) FUNDO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EDUCACIONAL E SOCIAL 5%	93.746,43
(-) AUMENTO CAPITAL SOCIAL 30%	562.478,59
(-) FUNDO PARA DEVOLUÇÃO DE CAPITAL 10%	187.492,86
(-) SOBRAS À DISPOSIÇÃO AGO 25%	468.732,16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.





NOTAS EXPLICATIVAS QUE INTEGRAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPLEM é uma sociedade cooperativa, regida pela Lei nº 5.764/71, sem finalidade de lucro e com objetivos comuns. Tem sua matriz instalada em Morrinhos - GO com as filiais do posto de combustíveis, fábrica de produtos lácteos, rações balanceadas, sal mineralizado, armazém graneleiro e fazenda modelo. Filiais nas seguintes cidades: Caldas Novas, Água Limpa, Rio Quente, Buriti Alegre, Edealina, Pontalina, Edéia, Aparecida de Goiânia, Aloândia, Corumbáiba, Itumbiara, Goiatuba, Ipameri e CD Central de Distribuição no DAIMO, CD Centro de distribuição de sementes, todas no Estado de Goiás, Filial em Brasília – DF. Tem como principal objetivo “Receber, beneficiar e industrializar a produção entregue pelos associados, manter seção de compras em comum e prestar serviços aos seus associados”, como industrialização e beneficiamento de leite e derivados, rações balanceadas, sal mineralizado, proteinado e energético, fornecimento de mercadorias de insumos/consumo e prestação de serviços de assistência técnica e social aos associados.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a **Lei nº 6.404/1976**, com as alterações introduzidas pelas **Leis nº 11.638/2007** e **Lei nº 11.941/2009**, bem como com o **Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018**.

No que se refere às características próprias das sociedades cooperativas, foram observadas as disposições da **Lei nº 5.764/1971**, as **Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.157/2009 e nº 1.159/2009**, a **ITG 2004 – Entidade Cooperativa**, as **Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC TG**, as resoluções do **Conselho Nacional de Cooperativismo (CNC)** e demais normas complementares aplicáveis ao sistema cooperativista.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no **regime de competência**, observando os princípios contábeis e os critérios de mensuração, reconhecimento e evidenciação previstos nas normas vigentes.

3. MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As normas, interpretações e alterações, estão contempladas nas notas explicativas que seguem, conforme aplicabilidade do Pronunciamento para as demonstrações da cooperativa:

a. Registro das Operações

Foi adotado o regime de competência para registro das mutações patrimoniais, ou seja, o reconhecimento das receitas e despesas momento em que são ganhas ou incorridas, independentemente do seu efetivo recebimento ou pagamento.

b. Aplicações financeiras

Foram registradas pelo valor da aplicação ou aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em valor julgado suficiente, para cobrir prováveis perdas na realização de contas a receber, principalmente sobre os valores em processo de execução judicial. A Administração da Cooperativa e a assessoria jurídica não têm a expectativa de outras perdas significativas.

d. Estoques

Os estoques são reconhecidos e mensurados de acordo com o **CPC 16 – Estoques**, sendo avaliados pelo **menor valor entre o custo de aquisição ou produção e o valor realizável líquido**. Neste exercício as perdas em relação a rebaixa de preços nos insumos agrícolas foram revertidas para fundo de reserva.

Quando aplicável, são constituídas provisões para perdas decorrentes de obsolescência, deterioração ou redução ao valor realizável líquido, reconhecidas no resultado do exercício. Avaliados pelo custo médio de aquisição e/ou produção, inferiores ao valor de mercado.

O custo dos estoques compreende:

- O valor de aquisição ou produção;
- Impostos não recuperáveis;
- Fretes, seguros e outros gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou produção.

e. Investimentos

Os investimentos, são avaliados pelo valor da aquisição, acrescidos das sobras e juros creditados, por tratar-se principalmente de investimentos em outras cooperativas.

f. Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado ao **custo histórico de aquisição ou construção**, incluindo os gastos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de uso pretendido pela administração.

A depreciação é calculada pelo método linear, considerando a vida útil econômica estimada dos bens e os valores residuais, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil.

O imobilizado é apresentado líquido da depreciação acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

No exercício, a cooperativa iniciou e manteve o desenvolvimento de um framework/ ERP (software) próprio, com a finalidade de apoiar e aperfeiçoar seus processos operacionais e administrativos, contribuindo para ganhos de eficiência, redução de custos operacionais e melhoria no controle das operações, base normativa – CPC 04 (R1) – Ativo Intangível.

O software desenvolvido internamente é utilizado exclusivamente nas atividades da Companhia e não se destina à comercialização.

Os custos capitalizados como ativo intangível relacionam-se exclusivamente à fase de desenvolvimento, compreendendo, principalmente:

- Gastos com mão de obra direta de profissionais envolvidos no desenvolvimento do software, incluindo salários, encargos e benefícios;
- Custos com serviços de terceiros diretamente atribuíveis ao desenvolvimento do framework;

- Licenças e ferramentas utilizadas exclusivamente no processo de desenvolvimento;
- Outros custos diretamente atribuíveis à preparação do software para a condição de uso pretendida pela Administração.

Custos relacionados a treinamento de usuários, manutenção, suporte, correções após a entrada em operação, bem como demais gastos administrativos gerais, são reconhecidos como despesa quando incorridos.

De acordo com as Normas acima, as demonstrações contábeis das cooperativas foram padronizadas em nomenclaturas e formas de apresentação. Dentre estas mudanças, a demonstração de resultado do exercício denomina-se demonstração de sobras e perdas e passou a ser segregada entre os atos praticados com cooperados e com não cooperados.

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis estão definidas abaixo. As políticas foram aplicadas em consistência com os exercícios anteriores. Todos os valores são apresentados em reais.

O critério para segregação dos atos praticados é pela proporcionalidade entre as vendas de produtos, serviços para cooperados e não cooperados para efeito de apuração dos impostos.

Foi demonstrado ao custo de aquisição ou construção menos a depreciação acumulada.

A depreciação foi calculada pelo método linear, de acordo com as seguintes taxas anuais, julgadas suficientes pela administração para adequar o valor dos bens ao seu desgaste:

Máquinas e Equipamentos, Móveis e Utensílios, Instalações	10,0%.
Equipamentos de Comunicação	10,0%
Equipamentos e Sistemas de Processamento de Dados e Veículos	20,0%
Edificações	4,0%

g. Critério de Classificação

O Ativo Realizável e o Passivo Exigível com prazo inferior a 360 dias foram classificados como circulante e os prazos superiores, no não circulante.

h. Empréstimos e financiamentos/contas a receber

Esses ativos são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo. Surgem principalmente pela provisão de bens e prestação de serviços aos associados, assim como de clientes no caso de venda da produção (por exemplo, contas a receber), mas também incorporam outros tipos de ativos monetários contratuais. São inicialmente reconhecidos ao valor presente mais os custos da transação, que são diretamente atribuíveis às suas aquisições ou emissões, e são registrados em seguida ao custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros em vigor. As provisões são reconhecidas quando houver evidência objetiva de eventual perda (como dificuldades financeiras significativas por parte da contraparte, inadimplência ou atraso significativo no pagamento). Imposto de renda e contribuição sociais.

- O resultado decorrente da operação com cooperados é não incidente quanto aos tributos federais. As operações com terceiros geram normalmente os tributos federais, sendo calculados com base

j. Outras exigibilidades

Demonstradas por seus valores conhecidos ou calculáveis, incluindo a provisão para férias vencidas e proporcionais com os respectivos encargos sociais.

k. Efeito de Comparabilidade

As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 para fins de comparabilidade foram apresentadas em reais.

I. Operações com terceiros

Foram contabilizadas em separado de modo a permitir a apuração dos tributos federais devidos, conforme tratamento contábil e fiscal previsto na Lei nº 5.764/71 e Legislação do Imposto de Renda e Contribuição Social.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	VALORES EM REAIS
Banco do Brasil S.A.	25.190.331,99
Banco Santander S/A	48.528,81
Unicred Goiânia	17.194.717,52
Bolsa Garantia	50,00
Caixa Econômica Federal	9.858.081,19
Sicoob Engecred	106,06
TOTAL	52.291.815,57

5. COOPERADOS/CLIENTES

DESCRIÇÃO	VALORES EM REAIS
Cooperados/Clientes	267.729.147,05
(-) PCLD	(14.548.497,69)
TOTAL	253.180.649,36

A Cooperativa adota o critério de constituir a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base nos créditos vencidos há mais de 180 dias e julga ser suficiente para cobertura de eventuais perdas.

6. ESTOQUES

DESCRIÇÃO	VALORES EM REAIS
Mercadorias/materiais revenda	55.887.695,46
Produtos de fabricação própria	20.597.613,72
Materiais fábrica ração e sal	4.536.901,81
Mercadorias em poder terceiros/nosso poder	40.478.142,33
Materiais de uso e consumo	4.801.251,78
Materiais de embalagens	3.461.010,38
Matéria-prima leite in natura	79.716,60
Estoque em transito	739.454,43
TOTAL	130.581.786,51

Os estoques de produtos de fabricação própria foram avaliados pelo custo de produção, as matérias-primas, mercadorias e materiais para revenda foram avaliados pelo preço médio de aquisição, excluído o valor do ICMS, de conformidade com a legislação vigente.

7. DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE

As despesas de seguros e outras no montante de R\$ 1.573.837,44 que incorrerão no exercício seguinte estão registradas nesse grupo. Tais despesas serão apropriadas nas contas de despesas ou custo, na medida em que os benefícios forem auferidos, obedecendo assim o regime de competência.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

A Cooperativa possui registrado em seu ativo circulante R\$ 16.530.308,07, decorrentes de apropriação de créditos de ICMS sobre aquisição de ativo imobilizado, IOF, IR, CSLL, IRRF, INSS, Juros e CM de PIS e COFINS RECEBIDOS DE FORMA ADMINISTRATIVA SEM A CORREÇÃO DEVIDA, E EM 2024 SAIU DECISÃO JUDICIAL FAVORÁVEL PARA A COOPERATIVA.

9. CRÉDITOS DIVERSOS

DESCRIÇÃO	VALORES EM REAIS
IRPJ a restituir	309.100,30
INSS ação judicial	15.012.336,36
CCL SP (a)	1.515.617,85
Pis e Cofins a recuperar	69.009.947,17
TOTAL	85.847.001,68

No exercício de 2002, a COMPLEM, em Assembleia Geral Extraordinária, decidiu pela desfiliação na Cooperativa Central de Laticínios do Estado de São Paulo, filiada desde 1979. Dessa forma, tem direito ao recebimento do capital integralizado no montante de R\$ 1.515.617,85, já deduzidas as perdas conforme decisão da AGO de 2003 da Cooperativa Central de Laticínios do Estado de São Paulo. O pagamento desta restituição estava previsto para ser efetuado na forma em que a COMPLEM realizou o investimento, por meio de parcelas anuais até o ano de 2029.

No entanto, em 2011 a CCL SP comunicou que deixaria de restituir respectivo valor face multa e cobrança que lhe foi aplicada pela Secretaria da Receita Federal em função desta entender que há incidência de tributos federais no resultado obtido pela CCL SP na venda de parte de seu patrimônio, cujo montante não foi provisionado à época da distribuição das sobras a cada filiada.

A COMPLEM por sua vez, por entender que mesmo assim, tem direito de restituição do capital social integralizado na CCL, impetrou e ganhou a ação na justiça e a CCL não apresentando liquidez, ainda, estamos buscando a penhora dos bens existentes. No entanto, os valores relativos às parcelas anuais já vencidas e não recebidas, foram provisionadas como perdas em cada exercício a que se referem.



Na conta PIS e COFINS a realizar, encontra-se registrado o saldo a receber da Receita Federal do Brasil, relativo a saldo credor de PIS e COFINS apurados na DICON/SPEED PIS E COFINS conforme disciplinado na Lei nº 10.833/03 e pela Lei 10.637/2002, já efetuados os pedidos

de compensações e ou ressarcimentos junto a à Receita Federal do Brasil. Créditos registrados na conta de sobras a realizar créditos de PIS/



COFINS no valor de R\$ 69.009.947,17, Os créditos compensados e ou ressarcidos serão contabilizados no resultado do exercício na data do ressarcimento ou compensação, conforme determina o Estatuto Social.

10. INVESTIMENTOS

Neste exercício não foram reconhecidas eventuais sobras ou perdas apuradas nas Cooperativas de Crédito e Agropecuárias, Financeiras e outras empresas, as quais a COMPLEM tem participação societária, considerando que deixaram de informar os resultados em tempo hábil. Por esse motivo serão reconhecidos no exercício de 2026.

11. IMOBILIZADO

Avaliados pelo custo de aquisição e de alocação, conforme demonstrado no quadro a seguir:

UNIDADES	CUSTO CORRIGIDO	(-) DEPRECIAÇÃO	VALOR LÍQUIDO
Morrinhos	32.092.508,28	(12.904.485,25)	19.188.023,03
Caldas Novas	2.559.275,72	(1.208.993,61)	1.350.282,11
Água Limpa	1.492.440,25	(695.908,45)	796.531,80
Edealina	1.172.703,18	(622.773,46)	549.929,72
Rio Quente	1.217.594,24	(593.116,99)	624.477,25
Brasília	148.630,65	(113.995,57)	34.635,08
Aparecida de Goiânia	1.663.457,77	(880.599,50)	782.858,27
Fábrica de Laticínios	36.461.869,20	(29.249.988,53)	7.211.880,67
Fábrica Ração	5.600.880,67	(4.211.839,31)	1.389.041,36
Buriti Alegre	333.264,51	(259.300,58)	73.963,93
Pontalina	212.608,08	(150.685,47)	61.922,61
Edéia	125.328,31	(78.624,28)	46.704,03
Aloândia	91.743,02	(72.068,89)	19.674,13
Corumbáiba	265.849,92	(158.778,23)	107.071,69
Auto Posto	1.563.070,19	(906.192,29)	656.877,90
Fábrica de Sal	5.184.635,86	(3.388.731,59)	1.795.904,27
Itumbiara	331.402,05	(188.420,78)	142.981,27
Fazenda Experimental	2.668.292,85	(614.174,03)	2.054.118,82
Armazém Graneleiro	16.926.845,22	(11.505.072,94)	5.421.772,28
Goiatuba	166.071,09	(131.355,59)	34.715,50
Imobilização em Andamento	5.922.920,43	-	5.922.920,43
Construção/Equip ADM	439.337,37	-	439.337,37
Ipameri	130.464,20	(77.163,92)	53.300,28
Consórcio em andamento	2.023.000,10	-	2.023.000,10
Distrito	14.389.584,16	(495.818,15)	13.893.766,01
Novo Acordo Fazenda	8.358.884,92	-	8.358.884,92
Desenvolvimento ERP próprio	1.845.838,64	-	1.845.838,64
TOTAL	143.388.500,88	(68.508.087,41)	74.880.413,47

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

DESCRIÇÃO	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Banco do Brasil S.A. – FCO/INSUMOS	103.464.502,95	-	103.464.502,95
Créditos não Reclamados/Seguros	1.960.323,16	-	1.960.323,16
Banco Itaú	15.286.241,95	-	15.286.241,95
Unicred	39.256.299,66	31.687.140,80	70.943.440,46
Caixa Econômica Federal	13.710.754,95	61.445.248,16	75.156.003,11
Sicoob Sistema Cooperativo	13.356.268,13	-	13.356.268,13
Engecred	37.766,30	9.999.988,90	10.037.755,20
TOTAL	187.072.157,10	103.132.377,86	290.204.534,96

13. FORNECEDORES E EMPREITEIROS

O saldo está representado por débitos com fornecedores diversos, no montante de R\$ 113.525.689,19 necessários à operação de suas atividades normais.



14. COOPERADO MOVIMENTO

DESCRIÇÃO	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Cooperado movimento (a)	4.893.734,20	-	4.893.734,20
Cooperado capital a restituir (b)	999.743,40	3.322.438,13	4.322.181,53
Juros a restituir (d)	1.575.227,86	-	1.575.227,86
Sobras a distribuir (c)	1.026.710,03	-	1.026.710,03
Bonificação sobre compras (a)	800.632,03	-	800.632,03
TOTAL	9.296.047,52	3.322.438,13	12.618.485,65

(a) Valores a pagar relativos ao fornecimento de matéria-prima (leite) pelos cooperados após as deduções de fornecimento de insumos/consumo.

(b) Devolução do capital social dos associados demitidos conforme decisão das Assembleias Gerais do exercício e de exercícios anteriores.

(c) Sobras a distribuir para os cooperados conforme decisão da Assembleia Geral de exercícios anteriores.

(d) Juros sobre capital realizado de exercícios anteriores.



15. CONTINGÊNCIAS

DEMONSTRATIVO DAS CONTINGÊNCIAS

DESCRIÇÃO	VALOR
INSS Produtor ação judicial	15.012.336,36
Contingências ICMS padaria	793.748,16
Contingências Processo Fundefra	5.901.524,36
Contingências trabalhis- tas	500.000,00
TOTAL	22.207.608,88

16. PATRIMÔNIO SOCIAL

a. Capital social

O capital social é formado por cotas-partes distribuídas entre os cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um só voto, independentemente do número de suas cotas-partes e a correção monetária do capital e do balanço, foi calculada de acordo com a lei até 31/12/1995. No exercício de 2025 foram agregados na conta para aumento capital social: Os juros de 6% ao ano no valor de R\$ 2.940.317,13 e 30% das sobras apuradas após as reversões no valor de R\$ 562.478,59 para aumento do capital social.

b. Fundo de Reserva legal

Calculado à taxa de 30%, das sobras apuradas no balanço geral do exercício após as reversões no valor de R\$ 562.478,59, o qual se destina a reparar eventuais perdas e atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa.

c. Fundos de Reserva de assistência técnica, educacional e social - FATES

Calculado à taxa de 5%, das sobras apuradas no balanço geral do exercício após as reversões no valor de R\$ 93.746,43, e destina-se à prestação de assistência aos associados, seus familiares e aos empregados da Cooperativa.

d. Fundos para devolução capital

Calculado à taxa de 10%, das sobras apuradas no balanço geral do exercício após as reversões, e destina-se à devolução do capital dos associados, de acordo com o Estatuto Social, no valor de R\$ 187.492,86.

e. Sobras à disposição da AGO

Sobras líquidas disposição da AGO a taxa de 25% apuradas no balanço geral após as reversões no valor de R\$ 468.732,16.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Cooperativa não obtinha aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco na data de encerramento do exercício 2025.

Gerenciamento de riscos, os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Cooperativa podem ser considerados como:

Riscos de créditos: esses riscos são administrados por normas específicas de aceitação de clientes e associados, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, tendo a sua carteira de clientes pulverizada e administrado por um comitê financeiro.

18. DISPÊNDIOS/DESPESAS FINANCEIRAS - OUTRAS

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Juros de empréstimos / Financiamentos	33.668.236,91
Tarifas Bancárias	2.097.642,49
IOF	2.191.887,14
Título de Capitalização	960.653,75
Pis e Cofins sobre Receitas Financeiras	1.167.292,24
Descontos Concedidos	103.257,64
Despesa com Seguros e Consórcios	253.547,56
Despesa com Bonificação Por Compras Cooperados	1.000.000,00
PCLD (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	1.227.404,53
Depreciação dos Juros Sobre Capital Investido	953.534,00
Locação de ensiladeira para cooperados	116.827,17
Apropriação de Despesas Manutenção e Obras	960.889,32
Outras Despesas (Multas fiscais, comissões e desp. fornecedores)	232.036,77
TOTAL	44.933.209,52



19. RECEITAS FINANCEIRAS/OUTRAS

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Crédito Tributário Progoias / Benefícios / Incentivos Fiscais ICMS	10.268.706,40
Crédito Tributário Pis e Cofins	17.948.380,79
Compensação / Ressarcimento Créditos Pis e Cofins	22.573.082,88
Receitas Financeiras	6.721.421,36
Descontos Recebidos	2.706.179,90
Recuperação de Despesas (Novo ERP, Estorno desp. Manutenção e Obras)	6.153.705,93
Juros Sobre Capital Investido	7.456.733,00
Créditos não reclamados	1.254.492,48
Sobras Técnicas / Milho / Sorgo / Inventário	3.707.101,35
Juros Ativos Cooperados/ Clientes	4.858.998,59
Receita De Estoque Realizável Líquido	2.046.154,28
Serviços Prestados Aos Cooperados	1.697.184,78
Outras Receitas (aluguel, arrendamento, locação, bonificação, brindes)	538.486,30
TOTAL	87.930.628,04

20. SEGUROS

A Cooperativa mantém cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para bens do imobilizado e dos estoques, por valores considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros.

21. FISCALIZAÇÃO

No período ocorreram revisões fiscais por parte das receitas Municipal, Estadual e Federal nos registros da Cooperativa sem autuações de maior relevância. No entanto, não está afastada a possibilidade de existirem contingências fiscais oriundas de futuras verificações nos exercícios não prescritos, bem como fiscalizações de outros órgãos.

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Com o advento da Lei nº 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil para as normas internacionais de contabilidade (IFRS), novas normas e pronunciamentos, interpretações e orientações foram emitidos a partir do ano de 2010.

A Administração da Empresa está em processo de avaliação dos potenciais efeitos relativos aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, a partir do exercício de 2015 conforme determina a Lei 12.973/2014 ficando a cooperativa, já enquadrada pelo seu porte de faturamento. Contratamos empresa especializada e o trabalho já foi concretizado. Por decisão do Conselho de Administração precisa ser revisado e avaliado e assim que for concluído será levado ao conhecimento e aprovação da AGE para posteriormente efetuarmos os ajustes calculados. Com relação aos recolhimentos de IR e CSLL sobre as aplicações financeiras, apuramos pela regra proporcional aos atos cooperativos e não cooperativos, de acordo com as orientações e recomendações da Consultoria tributária especializada, ainda, as baixas não contempladas pela lei fiscal, foram feitas em função de que existe risco de recebimento e foram baixadas só pela parte societária, sendo adicionada proporcionalmente as operações com terceiros e aprovado pelo conselho de Administração da cooperativa o aumento da carga tributária da operação.



23. EFEITOS EM FUNÇÃO DA MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMATIZAÇÃO

No início de 2014, a cooperativa passou a utilizar sistema de informatização especialmente desenvolvido para atender suas necessidades gerenciais e de controles internos. No entanto, mesmo já finalizados a maioria das mudanças, e já concluídas a fase de testes de segurança e construções de parte dos relatórios gerenciais e melhorias nos controles internos. Ainda, algumas pequenas divergências de saldos em contas patrimoniais poderão ocorrer, no entanto, e com segurança, não são relevantes, haja vista as conciliações já efetuadas. E se ocorrerem eventuais efeitos decorrentes, serão reconhecidos nas demonstrações contábeis de 2026. Por uma decisão do Conselho de administração e diretorias executivas a cooperativa está construindo o seu próprio ERP, visando maior controle, informações e segurança das operações.

Morrinhos-GO, 31 de dezembro de 2025.

SERGIO DE OLIVEIRA PENIDO

CPF nº 469.544.141-15

Presidente do Conselho de Administração

RENATO ESTEVÃO DOS REIS

CPF nº 034.494.721-19

2º Conselheiro Vogal

ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA

CPF nº 126.520.401-20

1º Vice Presidente

ALEXANDRE MARQUES DOS REIS

CPF nº 757.951.591-15

3º Conselheiro Vogal

JOSÉ RODRIGUES VARGAS

CPF nº 052.257.951-53

2º Vice Presidente

VINICIUS DA SILVA MENDONÇA

CPF nº 002.085.501-00

4º - Conselheiro Vogal

LUIZMAR MENDES DA COSTA

CPF nº 129.888.471-64

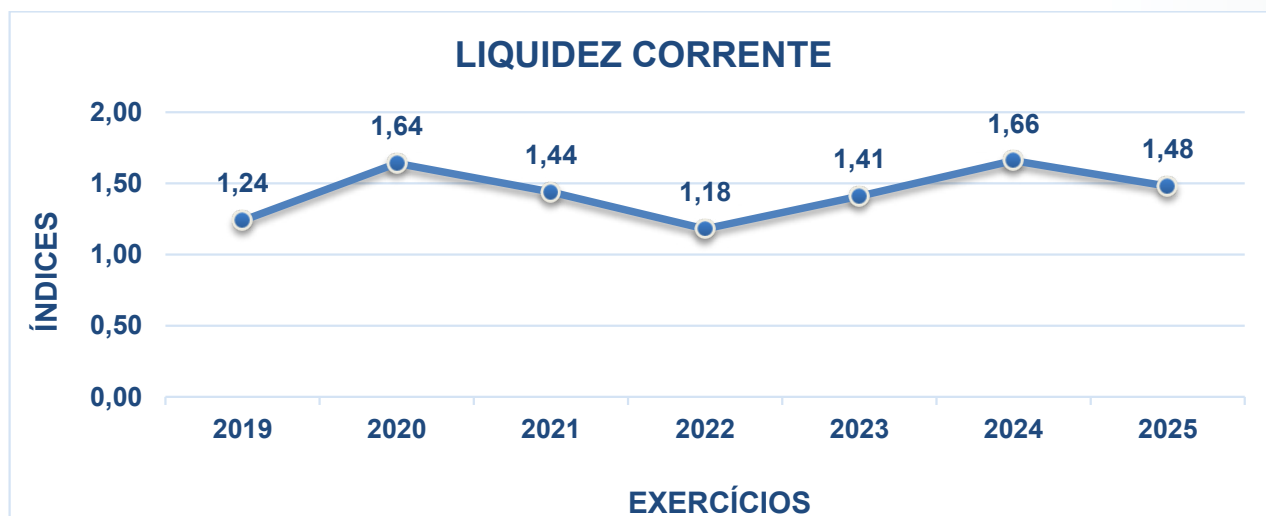
1º Conselheiro Vogal

ITAMAR FERNANDES DE MELO

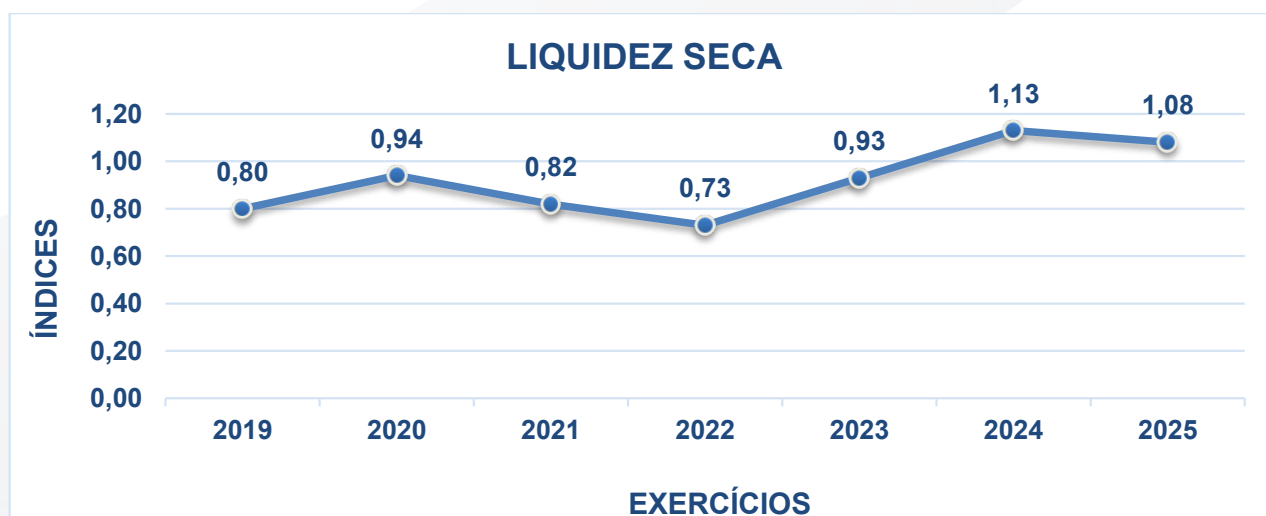
CPF nº 129.868.871-04

Contador/CRC-GO/005.053/O-4/987/S/DF

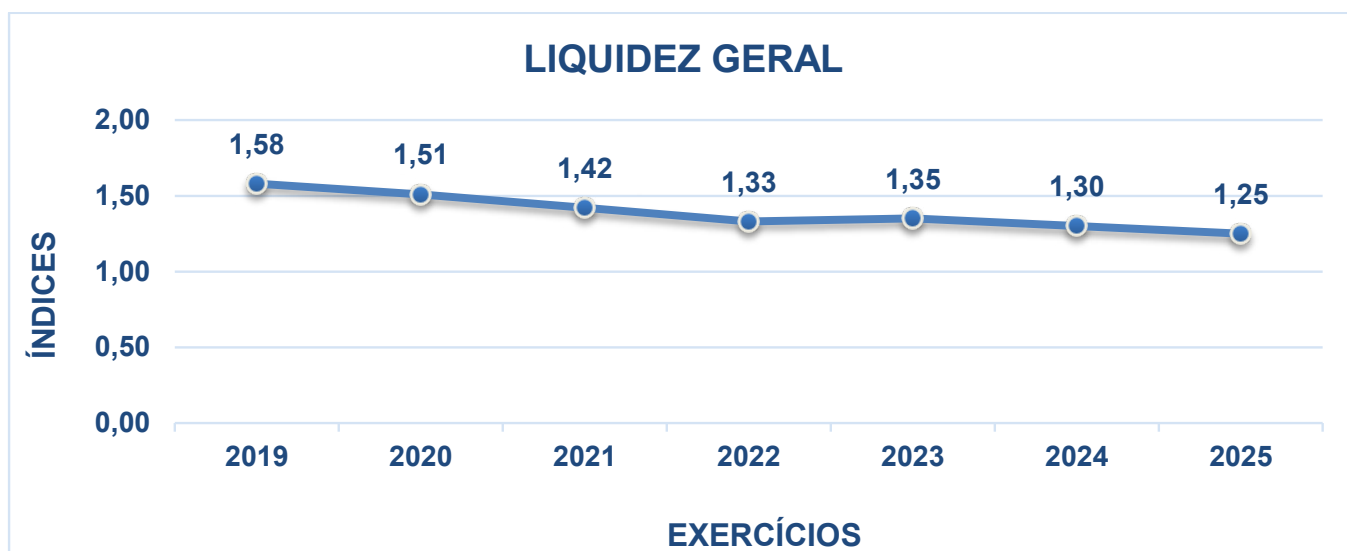
ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA



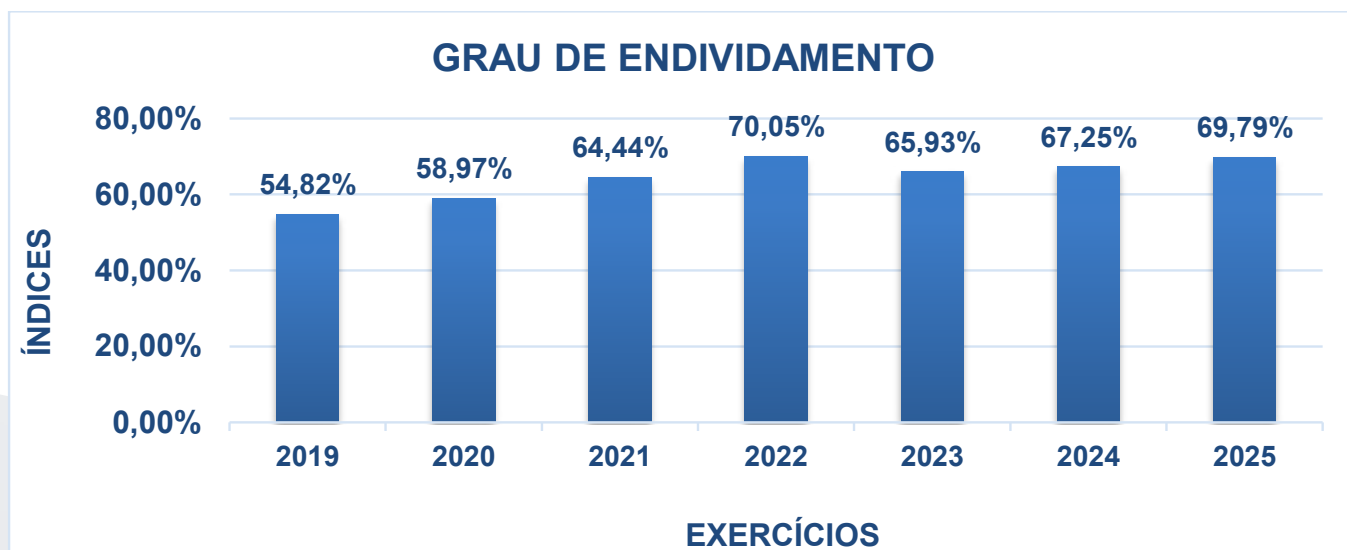
O índice de 1,48 revela a capacidade financeira líquida da empresa para cumprir os compromissos de curto prazo, isto é, quanto à empresa tem de Ativo Circulante, para cada real do Passivo Circulante.



O índice de 1,08 revela a capacidade financeira líquida da empresa para cumprir os compromissos de curto prazo, isto é, quanto à empresa tem de Ativo Circulante Líquido para cada real do Passivo Circulante.

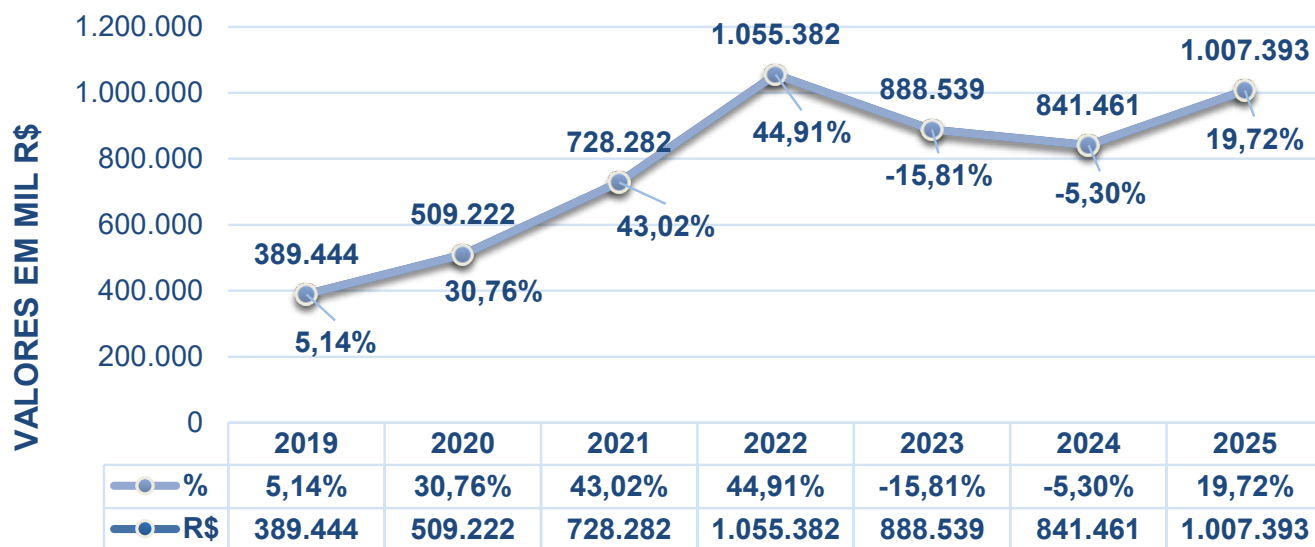


O índice de 1,25 evidência se os recursos financeiros aplicados no Ativo Circulante e no Realizável à Longo Prazo são suficientes para cobrir as obrigações totais, isto é, quanto à empresa tem de Ativo Circulante mais realizável à Longo Prazo para cada real de obrigação de Curto e Longo Prazo.



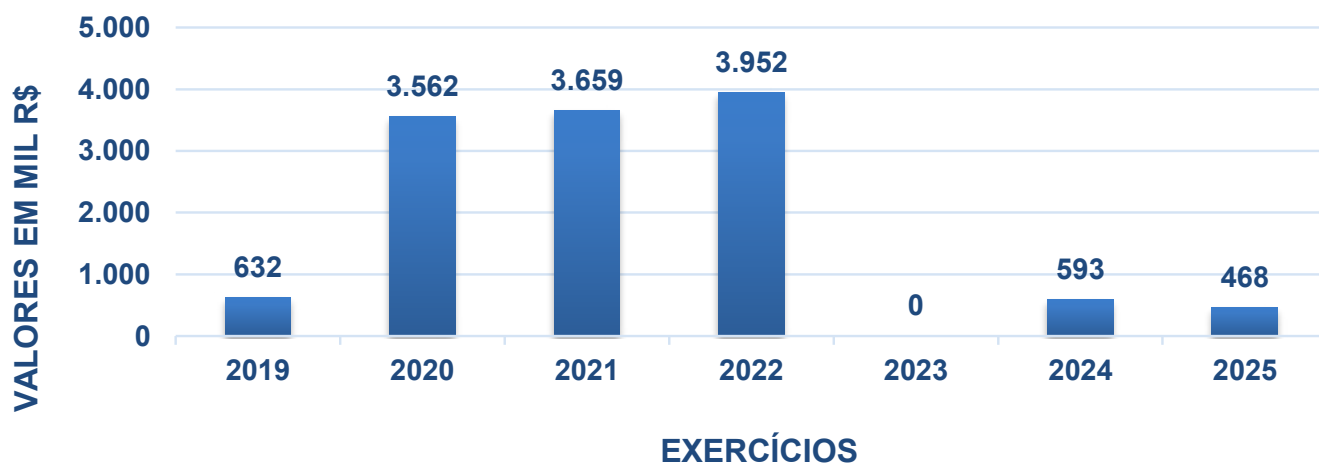
Isto representa que o Ativo Total é financiado com 69,79% de capital de terceiros e 30,21% de capital próprio.

EVOLUÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA



Aumento de 19,72%, em relação ao exercício anterior, em decorrência da evolução dos negócios.

SOBRAS LÍQUIDAS



Significa que a Cooperativa obteve no exercício 2025 sobras a distribuir para os associados.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cooperativa Mista dos Produtores de Leite de Morrinhos, após examinarem a escrita, toda a documentação contábil e apreciando o Balanço Patrimonial, encerrado em 31 de dezembro de 2025, as demonstrações do Resultado do exercício e o parecer dos Auditores Independentes, resolveram aprová-los, uma vez que retratam fielmente a situação econômico-financeira e recomendam, portanto, à Assembleia Geral a sua aprovação.

Morrinhos, 19 de fevereiro de 2026.

ROBSON RODRIGUES DE OLIVEIRA

CPF nº 211.706.811-15

DANILO NUNES DA SILVA

CPF nº 754.451.311-49

VERGÍLIO ANTONIO PEREIRA FILHO

CPF nº 016.770.041-34

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2025

Ilmos. Srs.

Membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Cooperados da
COOPERATIVA MISTA DOS PRODUTORES DE LEITE DE MORRINHOS – **COMPLEM**
Morrinhos – GO.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da COOPERATIVA MISTA DOS PRODUTORES DE LEITE DE MORRINHOS – **COMPLEM**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as notas explicativas compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COOPERATIVA MISTA DOS PRODUTORES DE LEITE DE MORRINHOS – **COMPLEM**, em 31 de dezembro de 2025, o resultado de suas operações, as mutações no seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades cooperativas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria nas demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis, ou com nosso conhecimento obtido na auditoria, ou de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às sociedades cooperativas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis às sociedades cooperativas, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta aos riscos identificados, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que fraude pode envolver ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis utilizadas e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso pela administração, da base contábil de continuidade operacional e com base na evidência de auditoria obtida, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data do nosso relatório. Todavia eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspetos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente, tenham sido identificados durante nossos trabalhos.

Goiânia – GO, 12 de fevereiro de 2026.

**ALVIDO
BECKER:498
90077949**

Assinado digitalmente por ALVIDO
BECKER:49890077949
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI
Múltipla v5, OU=48903796000119, OU=
Videoconferência, OU=Certificado PF A1, CN=
ALVIDO BECKER:49890077949
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.02.17 12:54:20-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2025.1.0

Alvido Becker
CRC/PR-023012/O-8 T-GO
Auditor Independente
Registro CNAI/CFC 6023
Credenciamento OCB nº 1.040/3

